

# A ignorância que compromete o desenvolvimento político

A imprensa brasileira registrou, há algumas semanas, dois fatos importantes. O primeiro deles diz respeito a uma pesquisa sobre o perfil sócio-econômico do nosso eleitorado feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, revelando que, dos 70 milhões de eleitores em condições de votar nas eleições de novembro próximo, apenas 20 milhões têm um nível minimamente satisfatório de escolaridade. O segundo fato diz respeito à disposição do Ministério da Educação de baixar, nos próximos dias, um decreto-lei autorizando as universidades federais a preencher como bem entenderem as vagas não ocupadas por ocasião dos vestibulares, em decorrência dos altos índices de reprovão.

Evidentemente, trata-se de dois fatos interligados. Se a maioria absoluta do eleitorado brasileiro se caracteriza pelo seu baixo nível de escolaridade, o que o torna presa fácil da demagogia e do populismo que imperam em nossa vida política e impedem o desenvolvimento de instituições efetivamente democráticas entre nós, isso decorre do fracasso das políticas educacionais oficiais. Elas não só têm sido incapazes de formar as elites técnicas, gerenciais e intelectuais do País, como também não conseguem nem mesmo evitar que parcelas consideráveis de nossa sociedade continuem mergulhadas na ignorância e no analfabetismo — portanto sem condições mínimas para se integrarem no mercado de trabalho e para exercerem seus direitos de cidadania.

Do mesmo modo, se a maioria dos estudantes colegiais atualmente não consegue nem mesmo obter a aprovação nos exames de acesso ao ensino superior oficial, que praticamente são classificatórios, pois a nota eliminatória em português é fixada em nível bastante baixo e os estudantes só não podem tirar zero nas demais disciplinas consideradas básicas, isso também decorre da falência total do sistema educacional de 1º e 2º graus. E, como num círculo vicioso, esse fato contribui para tornar ainda mais baixo o nível de escolaridade de nosso eleitorado — o que, por sua vez, ampliará as dificuldades para a consolidação de um regime político efetivamente democrático no Brasil. Hoje, segundo o levantamento do perfil sócio-cultural do eleitorado brasileiro feito pelo Tribunal Superior Eleitoral, dos 70 milhões de eleitores, 6,7 milhões são analfabetos, 20,7 milhões são semi-analfabetos, ou seja, são capazes de ler um texto mas não conseguem apreender o seu sentido, e 19,5 milhões não completaram o 1º grau.

Este é, sem dúvida alguma, o grande fator determinante de nossa tragédia política. E o mais grave é que, embora a sociologia política comparada sempre tenha chamado a atenção para a correlação existente entre o subdesenvolvimento político e a ignorância, nossos governantes têm em adotar medidas tópicas e contemporizadoras, optando por soluções demagógicas em vez de botar o dedo na ferida. Tanto na Velha República quanto na soi-disvis Nova República, as autoridades educacionais têm agido com a mesma irresponsabilidade e com a mesma inconsequência, cortejando eleitoralmente as novas gerações ao mesmo tempo em que as condenam ao obscurantismo cultural, transformando-as assim em presas fáceis para os demagogos, os populistas e os aventureiros que infestam nossa vida pública.

A disposição do Ministério da Educação de autorizar as universidades federais a preencher como bem entenderem as vagas ociosas não foge a essa triste regra da contemporização. As autoridades educacionais não parecem preocupadas com o problema da reprovação em massa que se repete a cada safra de vestibulares, mas apenas com o fato de que esse fenômeno está contribuindo substancialmente para aumentar o custo per capita do estudante universitário nas universidades federais. Por isso, o que o Ministério da Educação pretende é apenas uma jogada de caráter contábil: se as vagas não preenchidas em função dos altos índices de reprovação vierem a ser efetivamente ocupadas mesmo por alunos intelectual e culturalmente despreparados para ingressar num curso superior oficial, isso significa que o custo per capita do estudante universitário nas universidades federais poderá ser bastante reduzido.

Ao privilegiar novamente o critério da quantidade em detrimento do critério da qualidade, mais uma vez nossas autoridades educacionais estão preparando uma grande farsa, ou seja, consolidando o papel de nossas instituições de ensino superior como simples repartições públicas encarregadas de expedir diplomas de bacharel para pessoas semi-alfabetizadas. Isso porque os vestibulandos aprovados a qualquer preço para ocuparem as vagas ociosas certamente não serão capazes, nos bancos acadêmicos, de suprir as lacunas de sua formação escolar básica. Seus diplomas, portanto, terão pouca serventia, isto é, não terão validade funcional, mas apenas formal, uma vez que seus detentores seguramente não conseguirão executar, no mercado de trabalho, aquilo que deles se espera. E, como já se tornou uma triste rotina, esses bacharéis semi-alfabetizados irão pressionar os políticos para que estes lhes criem novas reservas de mercado profissional em áreas onde nada poderão produzir em benefício da sociedade que paga seus estudos, como psicologia, comunicação social, ciência política, sociologia etc.

Agindo assim, nossas autoridades educacionais estão perpetuando um sistema educacional falido, que valoriza a ilusão do diploma universitário e que desperdiça recursos preciosos na educação superior, relegando o ensino básico para segundo plano. Em termos concretos, a perpetuação desse sistema educacional falido nega o ensino de 1º e 2º graus às novas gerações, especialmente àqueles que pertencem aos segmentos menos favorecidos da população, da mesma maneira como impede o ensino de 3º grau de cumprir o papel que lhe foi destinado, entre outros, por Júlio de Mesquita Filho, um dos grandes idealizadores de nossa Universidade: o de formar quadros técnicos, gerenciais e intelectuais, sem os quais é impossível para o Brasil dar o salto definitivo rumo à estabilidade política, ao progresso material e ao bem-estar social.

JORNAL DA TERRA  
1980 1089